

O acordo coletivo de 1996 firmado com a Eletrosul prevê o pagamento dos salários em uma só parcela mensal, até o segundo dia útil do mês subsequente.

Para proporcionar a adequação dos empregados à nova forma de pagamento, a Eletrosul assumiu o compromisso de estender o pagamento em duas parcelas durante alguns meses, aproximando gradativamente o pagamento da primeira parcela ao pagamento da segunda. Também foi compromisso da Eletrosul apresentar um calendário de pagamento dos salários, o que não fez até o momento.

LINHA VIVA

A Celesc e Eletrosul praticam o pagamento dos salários (líquido) direto em conta corrente, portanto arca com o desconto, em suas contas, dos 0,20% do CPMF que passará a ser descontado do trabalhador quando este movimentar sua conta. A Portaria 3.289 dispõe sobre o pagamento de salários e férias por meio de cheque. A CLT, conforme artigo 463, determina que as empresas paguem os salários em moeda corrente do país no local de trabalho.

Nº 396
30/01/97

Intransigência prevalece em reunião com a Eletrobrás

Depois de ter adiado por duas vezes a reunião para tratar dos pontos pendentes do Acordo Coletivo 96/97, a Eletrobrás recebeu o Coletivo Nacional dos Eletricistas na tarde do dia 28, no Rio de Janeiro. Mas pouca coisa mudou em relação à última proposta já rejeitada pelos eletricistas em assembleias em todo Brasil. As mudanças foram para pior: o compromisso assumido pelo presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio anteriormente de reajuste linear de 2% para todos trabalhadores se transformou numa proposta de pagamento de 2% da folha de pagamento para os trabalhadores com salários defasados em relação ao mercado. Outro compromisso anterior de antecipar para julho o pagamento da participação nos lucros voltou para a mesa com a seguinte redação: prazo de 120 dias, após a assinatura do acordo (ainda não assinado) para estabelecer metas sobre a PL.

A intransigência da Eletrobrás ficou evi-

dente quando apresentou na reunião do dia 28 um ultimato, colocando como prazo limite para assinatura do acordo o dia 4 de fevereiro. Junto com isto a holding propôs a redução do número de dirigentes sindicais liberados.

O CNE lembra que por todo ano passado a Eletrobrás fez um "jogo de empurra, ora engabelando, ora recuando a cada greve e paralisação e agora tenta nos provocar afirmando que sua proposta é um reflexo do frio momento que estamos vivendo. Isto é, buscam justificar a imoralidade dos números que apresentam se apoiando em nossa desmobilização. Por isto avisamos a categoria para tomar pé da situação, se atualizar com o calendário de retomada da campanha salarial: de 29 de janeiro a 21 de fevereiro estaremos realizando várias reuniões setoriais e foi solicitada reunião com o presidente da Eletrobrás para o dia 4 de fevereiro".

Trabalhadores de Furnas se mobilizam

Foi suspensa a reunião dos acionistas de Furnas Centrais Elétricas S.A. que se realizaria na manhã de ontem, terça-feira, para decidir se as usinas nucleares deverão ou não passar para o controle da Nuclen. A cisão visa preparar o caminho para a privatização da empresa.

Na manhã de ontem empregados de Furnas e o Coletivo Nacional dos Eletricistas realizaram uma manifestação contra a cisão, na frente da sede da empresa. Na tarde de ontem o Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, em conjunto com advogados especialistas, decidiram qual a forma jurídica de barrar este processo. Luiz Laércio Simões Machado, presidente de Furnas, divulgou que feita a separação será lançado um edital de concorrência para contratação de consultoria que irá fazer avaliação, proposta de modelagem e de preço mínimo para venda. As sete usinas hidrelétricas da empresa, segundo Machado, serão divididas em dois grupos, de acordo com as bacias hidrográficas onde estão localizadas.



Reeleição à moda FHC

O país assistiu na terça-feira, dia 28, à votação da emenda constitucional que permitirá a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e atuais governadores e prefeitos. Dos 513 deputados, 359 votaram a emenda - e no placar 336 deputados foram a favor e 17 contra a reeleição. Toda bancada do PT ficou fora do plenário na tentativa de não dar quórum para a votação. A emenda deve ser votada em segundo turno na Câmara após dia 18 de janeiro e depois vai para o Senado.

No seu depoimento no dia seguinte à votação, na Câmara Federal, o deputado Vânio dos Santos (PT/SC) diz que a "aprovação da emenda da reeleição foi um lamentável episódio da vida política do país. Muda-se a Constituição sob pressão do Governo, que não hesitou sequer um minuto na barganha e na negociação." E concluiu: "a aprovação não cessa nossa luta em defesa de reformas que efetivamente democratizem o país, resgatem a dignidade social e promovam o desenvolvimento sustentável.... Como diz o presidente do nosso partido 'a aliança entre o poder econômico, a imprensa e o poder representado por FHC vai destruir a nascente democrática brasileira'".

MST quer ajudar a defender a Celesc e Eletrosul

1997 vai ser um ano muito duro para o Movimento Sem Terra mas certamente será um ano extremamente positivo. Esta avaliação foi apresentada por lideranças do movimento, na reunião da intersindical dos eletricitários ocorrida esta semana em Florianópolis.

Dentro dos planos do movimento para este ano um dos destaques é a unificação das lutas com trabalhadores da cidade. Por isto, está previsto para dia 17 de abril, em Santa Catarina uma grande mobilização que culminará com um abraço simbólico de trabalhadores vindos de todo estado e sem terras nos prédios da Celesc e Eletrosul, duas empresas cujo patrimônio é da população e que no entender do movimento não devem ser privatizadas de forma alguma.

Dia 17 de abril marca um ano do massacre de sem terras em Eldorado, PA. Para lembrar a data, prestar homenagem aos mortos e ainda gritar contra a venda da Vale do Rio Doce e protestar contra o desemprego, o MST está preparando uma caminhada nacional. A saída que acontecerá de vários pontos do Brasil começa em 17 de fevereiro e culmina com a chegada de todos no dia 17 de abril em Brasília, para um grande ato. De Santa Catarina estarão na caminhada 95 sem

Para privatizar governo sobe tarifas

"Um pequeno encarecimento" nas tarifas da energia elétrica ao consumidor deve ser o resultado da privatização do setor e a concessão de novas usinas hidrelétricas à iniciativa privada, informou candidamente no início do mês o secretário nacional de Energia, Peter Greiner. E, concluiu: "o preço atual da energia se deve em parte aos altos níveis de depreciação financeira das hidrelétricas em operação. As novas terão geração mais cara. Desejamos que a energia nova gerada pelos futuros empreendimentos entrem no mercado competindo com um preço real", conclui Greiner. O custo de geração das usinas mais antigas hoje oscila entre 8 e 12 dólares o megawatt/hora, e o das novas fica em torno de 40 dólares.

Mas o secretário nacional do ministério das Minas e Energia não parou por aí. No mesmo dia em que deu estas declarações anunciou que o governo estuda a criação de um "novo fundo para financiar a construção de usinas hidrelétricas por empresas privadas após a venda das estatais do setor" ou seja vai subsidiar no futuro obras que hoje diz não ter dinheiro para fazer. Ele até concordou que "po-

dem acusar o governo de estar favorecendo o setor privado, mas ao reduzir o risco, reduzimos a taxa de retorno e a tarifa final".

Dia 7 de janeiro saiu no Diário Oficial da União uma resolução do Conselho Nacional de Desestatização determinando que as privatizações das usinas hidrelétricas e termelétricas deve acontecer junto com a venda das concessionárias. "Não há por que privatizar o sistema isoladamente, se já há definição sobre o setor elétrico", justificou um técnico. O BNDES informou que a medida tem o objetivo de "racionalizar e baratear as privatizações". Entre as usinas que tiveram seus processos de licitação cancelados estão Passo Fundo e Alegrete, do Sistema Eletrosul. Elas agora, segundo determinou a resolução do Conselho Nacional de Desestatização, serão vendidas conjuntamente com a venda de suas entidades proprietárias e não mais de forma separada. Logo depois que o BNDES elaborar o edital que define a modelagem do setor a partir da privatização começarão as vendas, acredita o governo.

Medida Provisória acabou com aposentadoria especial e retorno ao trabalho



Desde 14 de outubro de 1996 os eletricitários não tem mais direito a aposentadoria especial. Esta determinação está na medida provisória 1523/96 (já reeditada três vezes) que trata das alterações nos planos de custeio e benefícios da Previdência Social. A MP revogou as condições para aposentadoria especial de jornalistas, aeronautas, jogadores profissionais de futebol e juizes classistas temporários e eliminou o direito dos que tinham aposentadoria especial por trabalharem em atividade de risco (como os eletricitários) inclusive pelo antigo SB-40, hoje renomeado de Dises-B-5235.

Outra alteração contida nesta Medida Provisória acaba com a possibilidade de retorno ao trabalho dos aposentados em empresas públicas e sociedades de economia mista. Pela medida uma vez concedida a aposentadoria espontânea, acaba o vínculo empregatício do servidor, o que presuppõe a assinatura de um novo contrato de trabalho. Na primeira edição da MP era vedado o retorno ao trabalho também dos trabalhadores da iniciativa privada, mas na reedição 1523-3 o texto foi alterado permitindo um novo contrato para o trabalhador privado. Na última reedição da MP foi permitida a volta ao trabalho de professores e médicos. Todas estas determinações inclusive já passaram pelo escrutínio do STF que proibiu o acúmulo de aposentadoria e trabalho em cargos públicos. "Assim empresas como estatais podem demitir quem já está aposentado, exceto aquelas onde há vigência de garantia de emprego", explica Hélio Coimbra, diretor do Sinecra.

EDITORIAL

Festa de Arromba

Poucas vezes o corpo funcional da Celesc deve se sentido envergonhado e aviltado quando os nomes dos nove diretores da empresa foram divulgados, semana passada. Talvez, vendo esta reação, o governador Paulo Afonso, responsável pelas nomeações, não compareceu à cerimônia de posse e sequer enviou representante, compromisso que até hoje nenhum governo havia faltado.

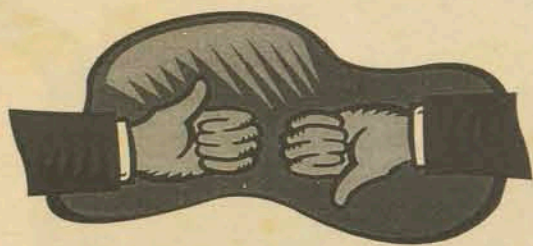
Contrariando o desejo dos celesquianos, e umandeira da Intercel, de que a diretoria da empresa seja ocupada de acordo com critérios técnicos, com seus membros escolhidos dentro do seu corpo funcional, Paulo Afonso e Paulo Tatim cometeram uma diretoria de acordo com "critérios de acomodação política", como o próprio governador, sem cerimônia, explicou à imprensa.

Ao fazer esta declaração desavergonhada Paulo Afonso abriu o campo para as especulações. Hoje cada celesquiano se pergunta: que objetivos políticos o governador tinha em mente quando escolheu estes nomes? O primeiro, e o mais claro projeto de reeleição, tarefa árdua e que demanda muito dinheiro, como disse desafortunadamente Oscar Falk - ex-secretário Fazenda, comprometido até os dentes com o escândalo das Lete que terá que depor esta semana na CPI sobre o assunto em Brasília - ao assumir a Diretoria Financeira da Celesc, esta é uma empresa com "dinheiro sobrando". Ele, como Tatim (tesoureiro da campanha do governador) e o próprio Paulo Afonso são fiscais Fazenda e sabem muito bem onde está o dinheiro. E a Celesc em um cofre privilegiado.

Tatim aliás, vem se insinuando com frequência no tipo político e sua permanência na presidência da Celesc demonstra que certamente se candidatará a um cargo legislativo nas próximas eleições. O que será muito bom para ele, já que deputado tem imunidade e assim ele driblará tranquilamente os cinco inquritos policiais que responde por ora, além do caso da licitação eletrificação rural. Aliás, outro provável candidato nas próximas eleições é Antonio dos Santos, ex-candidato a prefeito, que ora agora o cargo de Diretor de Operações da Celesc.

Acervo: Biblioteca Pública, SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Crab dá prazo de 10 dias para Eletrosul



Em assembléia com os atingidos de Itá, na terça-feira, cinco diretores da Eletrosul ficaram detidos pelos barrageiros por mais de sete horas. O motivo foi a admissão pública por parte dos representantes da empresa de que o acordo de 1987 estava rompido. O acordo prevê que antes da barragem ser construída os problemas sociais e ambientais da área atingida deveriam ser resolvidos. Na assembléia a direção da Eletrosul declarou que em outubro deste ano será feito o desvio do Rio Uruguai e que os problemas decorrentes serão resolvidos até 1999.

A posse desta informação a população atingida ficou revoltada e foi difícil para o Movimento dos Atingidos por Barragens - CRAB - coordenar a reunião. Hélio Mecca, da CRAB, conta que "em 12 anos de atuação esta foi a primeira assembléia onde a posição da Eletrosul frente aos problemas discutidos mais me surpreendeu".

Ao final da tensa reunião os atingidos elaboraram uma pauta que deverá ser cumprida até 10 de fevereiro. Se isto não acontecer irão mobilizar-se, impedindo que os funcionários trabalhem na obra de Itá e acamparão nos escritórios da Eletrosul para exigir uma solução definitiva para seus problemas. A pauta a ser cumprida pela

- empresa até 10 de fevereiro é a seguinte:
- comprar 2 mil hectares de terra para reassentamento;
 - repassar os recursos para início da construção das casas e galpões para as famílias de Campos Novos;
 - repassar os recursos para o preparo do solo do reassentamento de Chiapeta;
 - comprar as áreas para relocação das vilas, comunidades e o Balneário de Marcelino Ramos;
 - posicionar-se através de órgãos ambientais sobre a indenização da faixa ciliar de 100 metros, ou seja, os atingidos querem uma resposta não só da Eletrosul mas sim de órgãos ambientais federais, pois a empresa já disse que não vai indenizar;
 - indenizar todas famílias até 10.05.97;
 - resolver os casos pendentes até dia 10.05.97.



Terrorismo! Contra ou Pró Capitalismo?

Benhour de Castro Romariz Filho
empregado/Celesc

Com essa nova investida do Tupac Amaru no Peru, na primeira quinzena de dezembro de 1996, assalta-nos novamente a dúvida: "O movimento terrorista contribui realmente para a luta contra o capitalismo internacional? O capitalismo internacional, agora travestido de neo-liberalismo, realmente teme o terrorismo?"

A tentativa da guerrilha peruana na libertação de seus companheiros presos, seus movimentos e mensagens tentando internacionalizar a revolução para combater o EIM (Estado Imperialista das Multinacionais, segundo Umberto Eco), tem trazido alguma contribuição positiva na luta Capital X Trabalho?

Na nossa opinião o terrorismo interessa ao Capital Internacional e a manutenção de pequenas guerras locais, além de vender mais jornais, servem como exemplo, uma vez disciplinadas por ações internacionais, nos países onde um excesso de democracia torna a situação difícil de governar. O terrorismo local nada mais é que uma pequena febre tentando deter o enorme vírus do neo-liberalismo.

A idéia de se "atingir o coração do Estado" no sequestro de algum "figurão", mostra uma certa ingenuidade, tendo em vista que o capitalismo moderno não tem cabeça nem coração e em qualquer lugar que seja atingido será sempre na periferia. Qualquer "figurão" morto aparecerá nas estatísticas como uma morte acidental tal qual em acidentes de trânsito.

O idealismo terrorista está despreparado para enfrentar a complexidade do EIM, que não possui um Rei ou Imperador que ao ser deposto ou morto possa influir de forma significativa no Sistema.

O terrorismo não é inimigo dos Grandes Sistemas, ao contrário, é a sua contrapartida natural, aceita e prevista.

O que o sistema das multinacionais realmente vê com maus olhos é a possibilidade do alcance do poder, por partidos políticos que tem atrás de si organizações de trabalhadores, sejam urbanos ou rurais. Tais partidos são sempre visados pela imprensa, ressaltando seus pequenos deslizes ou imputando-lhes ações que na maioria das vezes não cometeram. Por mais corruptíveis que sejam esses partidos, o dia em que as organizações de massa puserem o nariz na gestão internacional do capital, poderão surgir sérios distúrbios.

Isso não significa que as multinacionais desapareceriam se LULA tomasse o lugar de FHC, mas a coisa se tornaria bem mais difícil.

Este sim seria um problema para o EIM, o surgimento de um terrorismo pacífico, como o pregado por Ghandi, um terrorismo de massa, que não sequestra "figurões", não coloca bombas em metrô, mas que unificaria o Movimento dos Sem Terra com o Movimento dos Funcionários Públicos, o Exército Zapatista com as Centrais Sindicais, enfim um movimento global dos trabalhadores, conscientes das suas limitações e seus poderes.



sucupirauense: "vamos acender a luz no campo".

Estes "altos-auto" projetos além de desmoralizar a Celesc podem inviabilizá-la financeiramente. E foi pensando nisto que, na manhã do dia 23 de janeiro, o dia da posse, durante reunião do Conselho de Administração, o representante dos empregados nesta instância, Luiz César Vieira e o representante da Previ, a terceira maior acionista da Celesc se abstiveram de endossar os nomes da nova diretoria.

A Celesc é uma empresa pública, deve portanto ser dirigida de forma a tornar-se economicamente viável, financeiramente saudável, tecnicamente perfeita. Políticos não são escolhidos para administrar uma empresa, mas sim para aproveitar o potencial desta empresa para o próprio e de seu partido. Certamente a população - que é a verdadeira dona da Celesc - não concorda com isto.

Por trás da ocupação da embaixada japonesa no Peru



Câmaras de televisão ao vivo exploram e levam imagens da residência do embaixador do Japão em Lima, no Peru para o mundo inteiro. A ação de ocupação do comando do Movimento Revolucionário Tupac Amaru chamou a atenção do planeta para as condições sociais e políticas em que vivem os peruanos sob o mando do ditador eleito Alberto Fujimori.

Segundo informações do repórter espanhol J. J. Aznárez, do jornal El País, que está em Lima, "na prisão de Yanamayo, construída a 3.800 metros de altura e distante 800 km da capital peruana, os presos congelam e gritam pela vida." É nesta prisão que está a norte-americana Lori Helene Bereson, culpada de traição. Já o fundador do MRTA, Víctor Polay Campos, cumpre prisão perpétua, num retângulo de cimento de 3 metros por 2 metros, escavado a oito metros terra adentro na base naval de El Callao.

E, embora o comando do MRTA exija a libertação destes e mais 400 companheiros presos, outra exigência fundamental dos guerrilheiros é uma substancial melhora do duro regime penitenciário peruano.

Apesar da intervenção da Cruz Vermelha Internacional e de outros grupos humanitários ao longo dos últimos anos (que sequer entram no mérito de considerar as irregularidades observadas no processo carcerário, ou a grande extensão das penas impostas a delitos sem sangue) que invocam apenas o cumprimento de convênios e tratados internacionais, Fujimori tem sido impassível.

Em todos comunicados liberados desde o dia da tomada da sede diplomática, 17 de dezembro, o MRTA denuncia as **prisões tumbas**. Estas prisões, segundo Aznárez, são inumanas. El Callao por exemplo foi desenhada para "liquidar física, psíquica e moralmente os presos. Tem oito celas retangulares de 3 por 2 metros. Na base da porta metálica existe uma passagem para passar a comida e evitar assim o contato físico com a guarda e aumentar a sensação de isolamento. As celas não tem luz artificial. A dois metros de altura em cima da porta, um buraco de 15 centímetros, permite a entrada de luz natural.

Afora isto é a penumbra ou a escuridão total. Depois de um ano de total isolamento os presos tem direito a um passeio diário de 30 minutos. O passeio é solitário: um a um para que os presos não mantenham contato, às vezes eles estão encapuzados ou presos a grilhões. Nem rádio, nem televisão."

Em 1986 aconteceu um dos vários massacres penitenciários do Peru. Foi na prisão de Lurigancho, El Fronton, quando 250 prisioneiros foram assassinados.

Num comunicado enviado pela Internet a entidade Human Rights conclama o governo peruano a cumprir suas obrigações de direito internacional e garantir a segurança de todos reféns. E denuncia que os acusados de terrorismo ou traição no Peru são submetidos a juízos de tribunais militares sem rosto. O Comitê de Direitos Humanos da ONU recomendou que o Peru cumpra as obrigações do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. O Comitê da ONU também recomendou que o sistema de juízes sem rosto seja abolido.

O que fazer neste verão além de ir à praia

Oficina de Canto e Movimento

Com a orientação da cantora Cibele Oliveira, acontece nos dias 6, 13, 20 e 27 de fevereiro, sempre às quinta-feiras, uma oficina com carga horária de 6 horas aula, para os interessados em descobrir e/ou aperfeiçoar sua expressão corporal e vocal. Faz parte da programação da oficina exercícios corporais de expressão e desbloqueio da emoção e criatividade; conhecimento, percepção e desenvolvimento da voz; acompanhamento de repertório e material vocal individual. A oficina é promovida pelo Sinergia (Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis), em cujo auditório acontecerão os trabalhos, sempre no horário das 19h às 20h 30min, a um custo de R\$ 5,00 (para eletricitários associados) e R\$ 20,00 público em geral. Informações e inscrições no sindicato (Rua Lacerda Coutinho, 149) fone 224-9114.